

A criação da ABEBD: expectativas e caminhos adotados¹

The creation of the ABEBD: expectations and adopted ways

Por

Francisco Das Chagas De Souza

Professor Adjunto. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciência da Informação

chagas@cin.ufsc.br

(Brasil)

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo difundir parte dos resultados de pesquisa realizada com a finalidade de analisar o contexto sócio-histórico que deu origem à Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação - ABEBD, criada em 1967. Essa Associação constituiu um marco importante na estruturação da carreira bibliotecária no Brasil, como fórum de organização política dos profissionais ligados à Educação Bibliotecária. A metodologia empregada no estudo original faz a abordagem qualitativa da realidade e, no caso, foi utilizada como fonte de coleta de dados a coleção de textos denominada "documentos da ABEBD". Os dados foram coletados através de um formulário padrão, visando resgatar os discursos contidos nos textos da coleção e, posteriormente, foram tratados como um coletivo de discurso, adotando-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC.

Palavras-chave:

Ensino de biblioteconomia; Formação profissional; Política profissional; ABEBD

Abstract:

The objective of this article is to spread out part of the results of research carried through with the purpose to analyze the context partner-description that gave origin to Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação - ABEBD, created in 1967. This Association was an important landmark in the librarian career in Brazil, as political organization of the professional library education. The methodology used in the original study makes the qualitative boarding of the reality. The source of collection of data was the collection of texts called "documentos da ABEBD". The data had been collected through a form standard, aiming at to rescue the speeches contained in the texts of the collection and, later, they had been dealt with as collective speech, adopting itself it technique of the Discurso do Sujeito Coletivo - DSC.

¹ Texto oriundo de pesquisa realizada com apoio financeiro do CNPq/Brasil (Processo nº 401507/04-1)

Key words:

Professional politics; Education in librarianship; Professional education; ABED

1 SOCIOGÊNESE DA CRIAÇÃO DA ABEBD

A origem distante da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação - ABEBD remonta ao momento da criação do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, em 1911, com instalação em 1915. Foi a partir de então que tomou forma a base empírica do argumento favorável à existência da entidade, como meio de representação política dos profissionais que, perante a sociedade, exercem a atividade de docentes de Biblioteconomia.

Mas, ao ser criada em 1967, por que a ABEBD constituiu-se inicialmente como uma associação de escolas e não como uma associação de ensino ou de educação? Essa questão cabe ser apresentada na medida em que escolas, ensino e educação são entes distintos entre si. A escola é o ambiente que reúne os meios onde se dá o ensino e, talvez, parte da educação. A educação é o resultado de um processo que se desenvolve a partir do emprego de vários meios dentre os quais o ensino formal, escolarizado, emitente de diplomas que serão utilizados para certificação de conhecimentos adquiridos num dado período de tempo e em certas condições é apenas um deles e o mais evidente num determinado tempo e espaço sociais. Além disso, a educação pressupõe a existência e utilização de outros recursos formativos e informativos — como publicações periódicas e avulsas, realização de encontros, seminários e eventos etc. — por uma comunidade que se identifica como de pares por suas atividades e pelos discursos que as definem. Esses recursos, como um todo, colaboram com o processo de educação, cujo objetivo último é oferecer ao indivíduo condições de reconhecer o estado da arte de seu campo de atuação. Muito provavelmente no período que antecedeu à criação da ABEBD, quando ainda estavam sendo implantadas as entidades que viriam a promover a profissão bibliotecária como um recurso útil para a sociedade, para sua economia, para sua educação etc., não havia se constituído a percepção do quanto a ação bibliotecária extrapola o sentido tradicional da escola como lugar de repasse de um conjunto de técnicas, apesar de que a escola universitária sempre fez mais que repetir².

O presente artigo, recorte de estudo mais amplo sobre a ABEBD, tem como objetivo difundir uma reflexão a partir de análise histórico-social de vertente teórica processualista ou configuracionista e gira em torno de uma etapa importante da estruturação da carreira bibliotecária no Brasil, que foi a organização política dos profissionais mais diretamente ligados à Educação Bibliotecária³.

A metodologia de coleta e de análise de dados empregada no estudo original faz a abordagem qualitativa da realidade em foco, tratando do processo de gênese e

² Os vários relatos históricos, como de RUSSO, e os vários estudos, reflexões e pesquisas disponíveis na literatura biblioteconômica brasileira, como de ALMEIDA, CASTRO, DIAS, FONSECA, MUELLER, SOUZA, ao tratar sobre a trajetória histórica da educação biblioteconômica e seus desdobramentos ainda não elucidaram, ou não interpretaram suficientemente a questão, como foi aqui apresentada, razão que justifica seu tratamento e busca de aprofundamento.

³ A análise histórico-social utilizada como fundamento teórico para a reflexão desta problemática nesse estudo, parte da compreensão de que as instituições têm sua gênese e desenvolvem-se como parte do processo de construção das sociedades num dado tempo histórico dinâmico, não podendo ser tomadas como meros casos, mas como cadeias de relações que se configuram e reconfiguram-se no decorrer desse processo e, por isso, recebem e produzem impactos dos e nos vários agentes sociais. A teoria que formula essa compreensão está disposta no arcabouço sociológico processualista de Norbert Elias e está contida em várias de suas obras, das quais as mais importantes estão referenciadas no final deste artigo.

desenvolvimento de uma organização de corte social, como a composição de um conjunto de interesses e vontades, só apreensíveis interpretativamente como fenômeno situado e construído no e pelo contexto social. Neste estudo, foi utilizada como fonte de coleta de dados a coleção de textos denominada “documentos da ABEED”. Os dados foram coletados através de um formulário padronizado, composto de questões abertas, que conduziram o pesquisador a interrogar os documentos. Essa estratégia simula a realização de entrevista, visando resgatar os discursos contidos nos textos da coleção para assim extrair Representações Sociais presentes nas falas registradas naquelas peças. As representações buscadas se configuram naquilo que Araya Umaña, ao interpretar Moscovici, Abric, Jodelet e Sá chama de enfoque processual, pois privilegia o enfoque social. Nessa condição o instrumento de coleta de dados mais adequado é a entrevista. A análise desses discursos coletados foi mediada pela Técnica de Análise de Discurso designada por Discurso do Sujeito Coletivo [DSC] criada por Lefèvre e Lefèvre, que tem como eixos de tratamento do discurso três figuras metodológicas: a) Expressões-chave; b) Idéia central e c) Anconragem.

2 O AMBIENTE SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO DE CRIAÇÃO E EXISTÊNCIA DA ENTIDADE

Parte do entendimento que se pode ter sobre o ambiente sócio-econômico brasileiro que acolhe e demanda a criação e existência da ABEED requer uma retomada de estudos sobre a industrialização do país, pois vem daí uma das demandas pela criação, implantação e desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia. Dessa forma, uma das maneiras de situar a evolução dessa sociedade pelo traço material, pode ser obtida por uma caracterização do modo de produção econômica predominante em vários momentos e, com isso, permite extrair idéias em torno do tipo de demanda de informação que seria feita a um sistema bibliotecário aproximando-se do conhecimento acerca dos recursos humanos necessários para dar atendimento a essa demanda.

Uma análise da produção econômica brasileira mostra que, até o final dos anos vinte do século XX, o Brasil tinha como característica predominante ser exportador de produção agrária e, portanto, ainda relativamente amarrado à herança escravocrata vigente desde o século XVI. Este modelo de trabalho sobreviveu e moldou a economia por mais de 300 anos, posto que somente a partir de 1888 houve a libertação formal dos escravos.

De 1930 a 1956, período em que predominou a ditadura civil de Getúlio Vargas, desenvolveu-se um processo de crescente industrialização, de forma consistente. Uma das razões para esse fenômeno decorreu da crise que a cafeicultura passou a sofrer pela queda de sua participação econômica no mercado exportador. Em função disso, deu-se início à transferência de capitais para a industrialização, incrementando a progressiva política de substituição de importações em todo o período, associada em seguida com a criação de indústrias de base em setores chave para uma relativa autonomia industrial, como siderurgia e petróleo.

No período que se inicia em 1956, e que de certo modo, no campo da economia, se mantém com algumas baixas até o final da década de 1980, incrementa-se um projeto “desenvolvimentista” a partir do governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira. Nesse período, intensifica-se o crescimento industrial em todos os setores e tipos de indústrias, associando capitais nacionais, internacionais e estatais, ampliando a indústria de base e dando entrada e vigor às empresas transnacionais.

A partir de 1989, com o governo escolhido nas urnas, e uma transição política trilhada de 1984 a 1988, o país foi jogado num processo de quase estagnação e retrocesso econômico, com a internalização do modelo econômico neoliberal. Nesse

período, ao longo dos anos da década de 1990, ocorreu a privatização de várias das empresas estatais, então existentes, além da implantação da ideologia da flexibilização de empregos e da política de informatização massiva visando a substituição de trabalhadores em todos os setores produtivos, sob influência da atomização social provocada pela globalização (Geertz, 2001).

Nesses períodos acima descritos, ocorre uma marcante transformação do trabalho. Num primeiro estágio, até os anos da década de 1930, o trabalho realizado exigia, em média, baixa qualificação profissional do trabalhador, que devia constituir mão-de-obra para o setor agrário, pouco mais que extrativista. Num segundo estágio, até os anos da década de 1970, o trabalho realizado exigia, em média, uma melhor qualificação profissional, pois sua absorção dar-se-ia predominantemente no setor industrial, operante em escalas diversas de complexidade tecnológica. No final do século XX, como um terceiro estágio, já é exigido do trabalhador um nível de qualificação profissional muito maior e mais complexo do que a média verificada nos dois estágios anteriores, especialmente pela ocorrência de um relativo predomínio de oportunidade de emprego no setor de serviços.

Tanto a caracterização dos estágios históricos da produção econômica quanto do mercado de trabalho predominante em cada período revelam a significativa transformação da sociedade brasileira que tem origem na transferência de um contingente expressivo de moradores do campo para a cidade, em busca da vida urbana. Segundo Segnini (2004), entre 1930 e 1989, houve a consolidação do mercado urbano de trabalho no Brasil e um total aproximado de 35 milhões de trabalhadores migraram das áreas rurais para as áreas urbanas. Significativamente, esses fatores provocaram uma expressiva mudança de demandas em todos os segmentos da existência humana no país. Nesse contexto, serviços como educação, informação, saúde etc. passaram a ter que oferecer novas respostas e também a organizar novas formas de satisfazer às demandas, além de exigir novas relações sociais pelas diferentes interações humanas que passaram a ocorrer em seu âmbito de atendimento social. Além disso, essas transferências populacionais e de trabalhadores não aconteceram simplesmente do campo para o setor urbano de seus estados. Uma grande parte representou a migração de trabalhadores para outros estados de regiões distintas e distantes da origem dos migrantes, pois a grande concentração da indústria deu-se na região Sudeste e, mais particularmente, no Estado de São Paulo.

Do interior dessas populações transferidas do campo para a cidade, seja num mesmo estado, região ou em âmbito nacional, saiu parte das pessoas que ingressaram no sistema educacional, o qual era mais bem estruturado na área urbana. Essa circunstância, aliada à reestruturação da atividade econômica e à modernização do estado, a partir dos anos da década de 1930, teve conseqüências importantes para o desenvolvimento das profissões, o crescimento e aperfeiçoamento do sistema educacional, a construção e consolidação de uma legislação educacional, a criação e desenvolvimento das universidades, a criação de associações de profissionais, de pesquisadores, de ensino etc.

Parte importante dos educadores necessários ao crescimento do sistema educacional, bem como das pessoas que viriam a nele se incorporar e serem os pioneiros em novas profissões tem sua origem nessa imensa massa populacional deslocada do meio rural, em segunda geração, como filhos que acompanharam o movimento migratório de seus familiares em busca de novas fontes de trabalho e renda.

Vem daí um número expressivo de futuros profissionais que passariam a fazer parte das novas profissões, de uma ou outra forma, associadas com o projeto de modernização estatal, tão claramente designada pelo estabelecimento do Estado Novo, a

partir de 1937, como parte do movimento de centralização do poder imposto pelo governo liderado por Getúlio Vargas. Essa modernização exigiu a preparação de quadros nas áreas de gestão social e administração pública. Nasceram a partir daí, no ambiente social brasileiro, profissões que vão ser amparadas pelo Estado, como de caráter sócio-assistencial ou de apoio para o progresso econômico. Dentre essas profissões aparecem no cenário nacional aquelas que buscam e obtêm regulamentação pelo Estado, a partir de então, tais como: de Intérprete (Tradutor Público), em 1943; de Contabilista, em 1946; de Economista, em 1951; de Assistente Social, em 1957; de Médico, em 1957; de Farmacêutico, em 1960; de Bibliotecário, em 1962; de Psicólogo, em 1962; de Odontologista, em 1964; de Estatístico, em 1965 etc. (Souza, 2004)

No momento histórico, um pouco mais amplo que os anos que imediatamente antecedem a criação da ABEBD, percebe-se, sobretudo a partir dos anos da década de 1930, que um movimento muito dinâmico tomou conta do país e contribuiu com idéias, desde as caráter econômico, quanto as de articulação política e de visibilização social que, no conjunto, fariam parte do horizonte de avaliação das lideranças profissionais de bibliotecários que então estavam atuantes. Nisto é necessário ter em conta, também, que o país interage com uma comunidade mundial de países, participando da criação ou se integrando a organismos multilaterais vinculados à economia, à segurança militar, ao intercâmbio cultural e de produtos e serviços etc. o que exige a formulação de linguagem comum ou aproximada sobre todos ou quase todos os temas a fim de que essas relações avancem e, em tese, tragam melhorias para a nação. No interior dessas trocas dão-se, também, as permutas de conhecimento profissional, de caráter científico e prático e, portanto, o intercâmbio de especialistas como consultores ou participantes de estudos e pesquisas que levam à difusão e internalização de conhecimentos. Essas transações foram muito densas por todo o século XX, em que o mundo, por seus países e nações, adquiriu uma configuração institucional muito peculiar quando comparado aos séculos anteriores (Geertz, 2004). Provavelmente, em decorrência do avanço da industrialização, aperfeiçoamento da pesquisa científica, crescente oferta da educação básica, expansão da educação superior, criação e estabelecimento formal de muitos campos profissionais até então inexistentes, refundação da política com a instalação do estado soviético, grandes crises econômicas de alcance mundial, eclosão e desenvolvimento de guerras de alcance mundial (ou do mundo ocidental), permanência de guerras localizadas e processo de descolonização da África, queda do estado soviético etc., não apenas surgiram campos novos de conhecimento, quanto ocorreu a sua afirmação e assimilação em muitos novos ambientes nacionais e, no caso brasileiro, também contribuiu para a reorganização econômica e política do país, gerando todas ou quase todas as transformações internas, incluindo-se melhoria em todos os indicadores sociais. Esses movimentos se intensificaram, aparentemente, a partir dos anos da década de 1930, com a reconfiguração do modelo de Estado e, de lá para cá, com a implantação de toda a infra-estrutura sócio-econômica que hoje se conhece no país, bem como das principais regulações sociais. Todo isto implicou, fortemente, na presença do objeto “ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação” e das condições que levariam a constituição de entidades com o perfil da ABEBD. De outro lado, a partir de seu surgimento e durante todo o período de sua existência, a Associação teve, também, que se confrontar com fatos sociais em continua transformação e tal circunstância, de maneira densa, contextualizava seu pensamento e ação⁴. Pode-se afirmar que é a partir

⁴ Cabe acrescentar que um ano após a sanção presidencial do Decreto nº 56.725, em 1965, o qual regulamentou a Lei nº 4.084, que estabelecia a legalidade do exercício profissional de bibliotecário no Brasil e um ano antes da criação da ABEBD, “um grupo de trabalho envolvendo técnicos e cientistas

dos anos finais da década de 1980, quando fica mais consolidada no Brasil a idéia da instituição universitária como ambiente onde se desenvolve o tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão, que uma associação de escolas ou de ensino começa a ter uma perspectiva limitada de ação. Para corroborar essa perspectiva, em 1989, orquestrando quase duas décadas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação, a contar da implantação do Curso de Mestrado do IBBD, em 1970, foi criada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia [ANCIB]. Nesse momento, parecia claro que apenas uma associação de escolas ou de ensino de Biblioteconomia e Documentação não dava mais conta da reconfiguração do campo na medida em que nele também, dentro e fora das escolas, fazia-se pesquisa, buscava-se financiamento para pesquisa e formava-se pessoal, pela produção de dissertações e teses, treinado para fazer a pesquisa. Além disso, fora incluída no currículo mínimo do bacharelado em Biblioteconomia, desde a reforma curricular de 1982, a matéria pesquisa.

3 AMBIENTE PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO E SUA PARTICIPAÇÃO NA CRIAÇÃO DA ENTIDADE

A história das práticas profissionais bibliotecárias no Brasil é a história da execução dos processos de organização de coleções nas poucas bibliotecas existentes e naquelas em formação. Ao longo, ou paralelamente a essa execução, vão sendo adotados, predominantemente, os recursos instrumentais oferecidos pelo que é tomado como a melhor prática internacional: na catalogação os Códigos Vaticana, AACR e AACR-2, ambos concebidos com a participação de bibliotecários dos EEUU; na Classificação bibliográfica o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD) e o sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), ambos da mesma origem, o ambiente dos EEUU, embora a CDU tenha sido um desenvolvimento da CDD levando em conta o ambiente europeu, a partir do trabalho de Paul Otlet; na determinação de autoridade, os Cabeçalhos da Library of Congress; na determinação de autoria no número de chamada, a tabela de Cutter etc. Essa prática internacional oferece alguns modelos, que perpassam outros segmentos da institucionalização do conhecimento biblioteconômico no país.

O ambiente estadunidense também inspira a constituição no Brasil da primeira associação de bibliotecários, liderada pelo grupo de bibliotecários formados em São Paulo, na Escola Livre de Sociologia e Política: a Associação Paulista de Bibliotecários, em 1938. É partir do trabalho desse grupo, inicialmente orbitando em torno de Rubens Borba de Moraes, que se organiza o movimento associativo bibliotecário no país e as lutas pela obtenção da institucionalização a qual deveria consolidar-se pelo reconhecimento e regulação por parte do Estado das práticas bibliotecárias como profissão. Num momento inicial, esse reconhecimento foi obtido com o registro junto ao Ministério do Trabalho da prática profissional Biblioteconômica, como profissão liberal, em 7/10/1958. Junto a isso houve um forte esforço de expansão do ensino de

brasileiros e norte-americanos, sob os auspícios da USAID e do CNPq [órgão ao qual vinculava-se o então IBBD], propunham medidas capazes de dar suporte informacional ao desenvolvimento econômico brasileiro, conforme a doutrina em voga na época. Estas recomendações estão inseridas no documento que tem o sugestivo título de 'A pesquisa industrial no Brasil como fator de desenvolvimento', publicado pelo CNPq. Duas das recomendações dizem textualmente: "4.8.3 - Modernizar e expandir o preparo de bibliotecários e especialistas em documentação, reformulando os programas de ensino vigentes e estabelecendo um programa de ativo intercâmbio com centros de documentação mais avançados. 4.8.4 - Reformular a legislação em vigor (Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965), no sentido de abolir o privilégio exclusivista, dado aos formados pelos cursos de biblioteconomia, de organizar e administrar serviços de documentação".

Biblioteconomia no Brasil o que também levou à ampliação e fortalecimento do movimento em torno da criação de novas associações de bibliotecários. Tal movimento contribuiu para forjar a idéia de uma ação com múltiplos focos, numa perspectiva que se pode denominar de sistêmica, levando à criação da FEBAB em 26 de julho de 1959, por proposição apresentada no II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado nesse ano, com posse da primeira diretoria em 16/01/1961, por ocasião do III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

As lideranças associativas, então sob o comando da Bibliotecária Laura Russo, que mantinha o controle dessa estratégia política, obtém vários resultados benéficos à ampliação da inserção do grupo profissional no mercado de trabalho ao longo de um esforço de mais de trinta anos, que culmina, com a obtenção da legalização da profissão e com a definição de um currículo mínimo para o ensino superior de Biblioteconomia. Essa perspectiva sistêmica, que ai se vê representada, isto é, mostrando um conjunto de ações num movimento crescente e articulado, com todos as partes sofrendo implicações entre si, além de expressar o entendimento da convicção de uma liderança político-profissional, mostra também uma forte relação com o quadro político desenvolvimentista que ainda estimulava o país, fortemente induzido pelo ingresso no parque industrial brasileiro das montadoras automobilísticas, pela implantação da nova capital federal na recém-construída cidade de Brasília e a transferência para a mesma da sede do Governo Federal com o traslado desde a cidade do Rio de Janeiro da maioria dos órgãos do governo central então existentes. Também foi significativa na época a reunião de institutos de ensino e faculdades isoladas então em funcionamento em quase todos os estados da Federação para serem incorporadas pela união federal como universidades vinculadas ao governo central (Martins Filho, 1983; Pimenta, 1995).

De outro lado, em anos que imediatamente antecedem a constituição da ABEBD inicia-se a série de eventos intitulada Congresso Brasileiro de Biblioteconomia – CBBBD, com a primeira edição sendo realizada em 1954. A segunda edição do CBBBD deu-se em 1959 (já denominado Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação). Em 1961 foi realizada a terceira. O quarto CBBBD deu-se em 1963 e o quinto CBBBD ocorreu em 1965. Em todos essas edições desse evento os bibliotecários produziram recomendações visando dar adequação e concretude, pela via do ensino biblioteconômico, do que consideravam necessário em termos de forjar uma boa capacitação profissional. As recomendações finais tiradas em cada um desses eventos sobre o ensino de Biblioteconomia espelham com certo vigor que, por onze anos de acúmulo de sugestões e recomendações relativas ao ensino de Biblioteconomia, indicavam também a necessidade da criação de uma entidade que congregasse as escolas e cursos de Biblioteconomia, a partir de então.

As recomendações aprovadas ao final de cada edição do CBBBD, do primeiro ao quinto, foram em sua maioria explicitamente dirigidas às autoridades diretamente relacionadas com o aparelhamento do ensino de Biblioteconomia no país e às Escolas de Biblioteconomia então existentes (Ferreira et alii, 1979). **As autoridades para quem dirigiram suas demandas** foram, principalmente: 1 - “os magníficos reitores”; 2 - *Autoridades relacionadas ao ensino de Biblioteconomia no Brasil*; 3 - *FID e IFLA*; 4 - *Ministro da Educação e Cultura*; 5 - *Bibliotecas Universitárias*; 6 - *Universidades*; 7 - *Direções das Escolas de Biblioteconomia e Documentação*; 8 - *CAPES*; 9 - *Instituto Nacional do Livro*; 10 - *Associações de Classe*; 11 - *Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul*. **As demandas formuladas** giravam em torno de: a) “*criação de Escolas de Biblioteconomia junto às Universidades Brasileiras*”; b) *estabelecimento de um currículo único*; c) “*apoio à ‘Associación Latinoamericana de Escuelas y Profesores de Bibliotecologia’*”; d) *intercâmbio entre professores e alunos*

das diversas Escolas brasileiras”; e) solicitação [da] concessão de maiores recursos financeiros para as escolas de biblioteconomia (para a remuneração de professores, concessão de bolsas de estudo e realização de excursões, visitas, projeções, palestras e conferências); f) “estabelecimento das Escolas e Cursos de Biblioteconomia, como parte integrante das Universidades”; g) “gratuidade absoluta nas Escolas e Cursos de Biblioteconomia” h) “duração do curso[de] no mínimo de quatro anos” [...].

Como se pode perceber, nessas recomendações foram apontados muitos aspectos que, direta ou indiretamente, estavam relacionados com a formação universitária de quadros profissionais bibliotecários. O conjunto destas recomendações e sugestões evidencia que havia, na época, uma grande dinâmica de reflexão e de experimentação, sobretudo, em torno das questões ligadas ao ensino de Biblioteconomia e Documentação: sua disseminação pelo país, sua assimilação pelas universidades, a organização política da escola etc.

3 MOMENTO DE CRIAÇÃO DA ENTIDADE E FONTES CONTEMPORÂNEAS DE SUA JUSTIFICAÇÃO

Pelo que foi apresentado na seção anterior, tomado o CBBD como referência, percebe-se que a criação da ABEBD era uma demanda que expressava uma necessidade brasileira. Sua existência tinha o sentido de propiciar um ganho político, com várias facetas das quais se destacam: fortalecer a profissão no país, abrir canais de interlocução com Associação semelhante na América Latina, profissionalizar a ação docente etc. Mais importante era a percepção então existente no sentido de inseri-la num universo profissional bibliotecário, tomado como conjunto, mas com um traço muito representativo do momento político do país à época, isto é, a discussão sobre sua existência estava associada, ou era realizada, nos fóruns onde se encaminhava o debate sobre a legalização do exercício e prática profissionais.

Quando da instalação do Conselho Federal de Biblioteconomia, em 1966, decorrente da regulamentação da Lei de criação da profissão, 4.084/62, pelo decreto 56.725/65, vários encaminhamentos para ações institucionais foram votados por ocasião da primeira reunião do novo órgão. Tais ações previstas, ao serem aprovadas, tomaram a forma de resoluções, e tinham a finalidade de dar vigor aos preceitos legais previstos na legislação então recém aprovada no âmbito federal. Relato disponível no *site* do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), elucida de forma significativa os acontecimentos em torno dessa questão, ao afirmar que:

“Na última Sessão [da Primeira] Reunião Plenária do CFB, no dia 13 de julho de 1966, foi discutido o anteprojeto de criação da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação - ABEBD, oficializada tempos depois” (O CFB, 2006).

Essa afirmação expressa a noção estrutural e sistêmica com que as lideranças profissionais então pautavam suas ações. Se, de um lado, isso leva à implantação ordenada dos meios básicos para fixar a profissão de bibliotecário no Brasil, como atividade regulamentada, ao mesmo tempo sustentada pelas suas várias facetas, incluindo: *Legislação* (o regimento do Conselho); *Execução* (posse do primeiro diretório); *Finanças* (recebimento de taxas e anuidades); *Estrutura* (implantação da rede de conselhos: federal e regionais); *Conduta profissional* (criação do Código de Ética); *Identidade* (definição dos termos do juramento profissional, dado a partir do Código de Ética) e *Organização do Ensino* (anteprojeto de criação da ABEBD), de outro lado, juntou competências políticas diversas, de origem social (movimento associativo) e de

origem estatal (regulamentação e fiscalização do exercício profissional). Contudo, comparando-se o texto acima referido, encontrado no *site* do CFB, com as atas existentes no primeiro livro de atas da ABEBD, no qual estão feitos os registros do desenrolar das primeiras Assembléias e reuniões do Conselho Diretor da entidade, verifica-se conflito de informação. As atas que registram as três primeiras reuniões da Associação dão conta de que o processo de trabalho para a criação da ABEBD se deu de um modo um pouco diverso. Segundo a ata de número um, esse trabalho teve início em 15 de dezembro de 1965 quando, no ambiente de realização do I Simpósio sobre o Ensino de Biblioteconomia no Brasil, foi constituída uma Comissão composta por Maria Martha de Carvalho, como presidente, Alfredo Américo Hamar e Abner Lellis Vicentini, como membros, para elaborar o anteprojeto de Estatuto da nova Associação e prosseguiu em Assembléia realizada em 09 de janeiro de 1967, em São Paulo, por ocasião do V CBBB. Nessa Assembléia, que reuniu 27 professores e diretores de Escolas de Biblioteconomia do Brasil e mais o Professor William J. Jackson, da Universidade de Pittsburg, USA, conforme a ata referida, a de número um, foi iniciada a leitura e discussão do texto do anteprojeto do Estatuto, suspendendo-se no artigo 4, letra “a”, para seguir em nova reunião. Essa nova reunião deu-se no dia seguinte, 10 de janeiro de 1967. Nela, com a presença de 40 professores e diretores de Escolas de Biblioteconomia do Brasil e mais o Professor William J. Jackson, da Universidade de Pittsburg, USA, teve seqüência a análise do texto preliminar do Estatuto a partir do artigo 4, letra “a”. Ao ser concluído seu exame, que recebeu emendas orais e por escrito, foi constituída uma Comissão de redação para a elaboração de versão final a ser apresentada em Plenária que deveria reunir-se em 13/01/1967. Esta Comissão foi composta por: Francisca Liberato de Carvalho, Roberto Martins e Maria Antonieta Ribas Pinke Belfort de Matos. Nova reunião foi realizada, esta em 13 de janeiro de 1967, com a finalidade de apreciar, então, o projeto de Estatuto da Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação. Nessa reunião, com a presença de 27 professores e diretores de Escolas de Biblioteconomia do Brasil e mais o Professor William J. Jackson, da Universidade de Pittsburg, USA, fez-se a aprovação das atas das duas reuniões anteriores, a leitura e aprovação do Projeto de Estatuto e a eleição, por aclamação, da única chapa a se apresentar para Dirigir a ABEBD, composta por: Maria Martha de Carvalho (de Minas Gerais), como presidente; Zenaira Garcia Marques (do Rio Grande do Sul), como vice-presidente; Ana Maria Polke (de Minas Gerais), como primeira-secretaria; Jahyra Correa Santos (do Rio Grande do Sul), como segunda-secretária; Elton Eugenio Volpini (de Minas Gerais), como primeiro-tesoureiro e Minda Groismann (do Rio Grande do Sul), como segunda-tesoureira. Evidentemente, pelas datas apresentadas, não há conflito ou impossibilidade cronológica para a discussão que consta na informação do CFB, porém fica patente a mistura de interesses que perdura ao longo de todos esses anos em que a atividade Biblioteconômica existe como profissão no Brasil, com amparo legal.

No momento em que se dão esses eventos, da implantação do CFB e da criação da ABEBD, já havia decorrido em relação ao Conselho de Biblioteconomia dois anos do início de implantação do regime político de exceção, começado em 31 de março de 1964, com o Golpe Militar que promovera a derrubada do governo legal do país, então, encabeçado pelo Presidente João Goulart e três anos em relação à criação da ABEBD.

No tocante à implantação das condições para prover eficácia na legislação referente às profissões regulamentadas na época, o fato do governo militar ter um forte caráter nacionalista, facilitou, aparentemente, a sanção do Decreto que deu regulamentação à Lei 4084 que estabeleceu, formalmente, em 1962, a profissão de bibliotecário no Brasil. Além do mais, o momento político vivido pelo país não foi

empecilho para a criação da Associação de Escolas, sobretudo caracterizado como foi por sua relação com o movimento de implantação da Lei do exercício profissional do bibliotecário. Associa-se a isso também o fato de que havendo já um número razoável de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia não havia nesses, ao menos de forma significativa, rebeldia quanto aos novos tempos. De outro lado, o “guarda-chuva” político representado por uma Associação poderia dar mais força para os esforços de qualificação da ação docente. De mais a mais, havia um desenrolar histórico no Brasil e na categoria bibliotecária iniciado pelo ensino, que gerara a associação de profissionais, a qual gerou a federação de associações, que gerou a regulamentação profissional e sua estrutura institucional formal e, por fim, que gerou a associação de escolas. Essa Associação era, portanto, um componente da lógica institucional de uma profissão que, por sua especificidade, ações e projetos de política-profissional parecia não ter intenção de confrontar qualquer poder de estado. Isto, fica evidente já no artigo dois do Estatuto da ABEBD, de 14 de janeiro de 1967, o qual estabelece claramente as suas **finalidades**, com destaque para a alínea “g”:

- a. Congregar o corpo docente das Escolas de Biblioteconomia e Documentação do Brasil, mantendo sua unidade na solução dos seus problemas;
- b. planejar o desenvolvimento da Formação Biblioteconômica;
- c. preconizar medidas que objetivem a formação e aperfeiçoamento do pessoal docente;
- d. patrocinar estudos visando a resolução de problemas econômicos, científicos e técnicos da Biblioteconomia;
- e. apoiar estudos e planos que visem implantar a instituição do regime de tempo integral;
- f. promover o intercâmbio de educadores nacionais e estrangeiros;
- g. defender os interesses das instituições que a integram *sem envolver-se em problemas de ordem política, religiosa ou racial*;
- h. sugerir o estabelecimento de requisitos mínimos do regime de estágio e de bibliotecas-laboratório cuja adoção deve ser generalizada;
- i. sugerir medidas tendentes ao aperfeiçoamento da organização administrativa das escolas de Biblioteconomia e Documentação;
- j. sugerir soluções para melhoria das condições de vida do corpo discente, tendo em vista as possibilidades de sua plena formação;
- l. sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento dos meios de seleção dos candidatos ao estudo de Biblioteconomia;
- m. sugerir medidas para uma regulamentação uniforme da revalidação de diplomas de Bibliotecários obtidos no exterior;
- n. estimular entre os sócios a elaboração de trabalhos originais tendo em vista o princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa;
- o. outras finalidades que venham a ser apresentadas e referendadas nas reuniões de Assembléia Geral.”

De outro lado, a leitura do teor dessas finalidades da nova entidade não deixa dúvida de que a ABEBD estava orientada para as questões organizativas das Escolas de Biblioteconomia e Documentação do país, cobrindo praticamente todas os principais tópicos como: planejamento educacional, formação e profissionalização do docente, intercâmbio docente, infra-estrutura de ensino, gestão das escolas, assistência social ao discente, seleção discente e produção científica. Para esses aspectos estavam direcionados todos os esforços. Nesse sentido, ao ter sido criada como Associação das Escolas, a ABEBD tinha uma clareza sobre as finalidades estatuídas; contudo parecia isolá-las de suas conotações políticas e, assim, agia como se estas escolas estivessem em um mundo fechado e isolado da dinâmica social em quase todos os seus aspectos e, ao

mesmo tempo, deixando de explicitar questões de fundo educacional, inclusive no âmbito didático-pedagógico.

As atas correspondentes às reuniões do seu Conselho Diretor, de 09 de janeiro de 1967 a 22 de setembro de 1987, registradas no livro cujo Termo de Abertura foi redigido em 08 de janeiro de 1967, em Belo Horizonte, MG, mostra uma entidade na maior parte do tempo pouco dinâmica, com várias reuniões desse diretório iniciadas em segunda chamada por ausência de quorum mínimo ou, em outros momentos, com o registro de questionamento de alguns participantes sobre a própria razão de ser de sua existência, como faz, na reunião do Conselho Diretor realizada em 11/04/1976, Alfredo Américo Hamar, que foi um de seus criadores.

4 AS EXPECTATIVAS DOS BIBLIOTECÁRIOS EM RELAÇÃO AO PAPEL DA ENTIDADE

A soma de todas as preocupações que os bibliotecários manifestaram nos cinco primeiros CBBDs, como síntese, aparece no conjunto das recomendações que, emanadas do sexto CBBd (1971), são dirigidas à ABEBD (Ferreira et alii, 1979). Nesse momento, com a ABEBD já criada e instalada, há quatro anos, se vê nitidamente o que a “classe bibliotecária” requeria que a Associação de Escolas realizasse:

À Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação:

- a) Que as recomendações do Congresso, referentes ao ensino e à formação profissional sejam dirigidas à Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e não ao Conselho Federal de Educação e ao Ministro de Educação;
- b) Que as escolas de Biblioteconomia solicitem às Universidades a realização de Cursos de Formação de Professores de Biblioteconomia;
- c) Que, após a realização de Cursos de Formação de Professores, as Escolas de Biblioteconomia dêem preferência à contratação de professores por eles habilitados;
- d) Que, além do Curso para Professores de Biblioteconomia, as Escolas estudem também as possibilidades de realização de outros cursos de especialização de bibliotecários e documentalistas;
- e) Que se inclua no currículo mínimo de Biblioteconomia, no ciclo básico, a disciplina Estatística;
- f) Que seja enviada moção ao Conselho Federal de Educação sobre a inclusão, no currículo das escolas secundárias, da disciplina Orientação Bibliográfica;
- g) Que seja excluída dos futuros congressos brasileiros de Biblioteconomia e Documentação a discussão de assuntos referentes ao ensino e à formação profissional, os quais deverão ser examinados pela ABEBD em suas reuniões e encontros, e posteriormente relatados aos plenários dos congressos profissionais;
- h) Que a ABEBD, juntamente com as Escolas de Biblioteconomia, promova encontros de Estudantes de Biblioteconomia, para discussão de teses e trabalhos de interesse do grupo;
- i) Que se recomende à Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação a realização do I Congresso Brasileiro de Estudantes de Biblioteconomia em São Carlos, em 1972;

- j) Que os trabalhos de autoria de estudantes de Biblioteconomia sejam apresentados e discutidos em reuniões de classe estudantil e não em congressos regulares de Biblioteconomia e Documentação;
- l) Que a ABEBD estude novo currículo mínimo, para submeter ao Conselho Federal de Educação, incluindo no ciclo básico, entre outras, as disciplinas Metodologia do Trabalho Intelectual, Lingüística, Fundamentos de Matemática, Estatística e Introdução aos Computadores;
- m) Que a mesma ABEBD estabeleça um programa-base de “Automação em Serviços de Biblioteca e Tratamento de Informações”, determinando nível e objetivos desejáveis, a ser cumprido nas Escolas de Biblioteconomia do País.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da ABEBD representa claramente o resultado da leitura da classe bibliotecária, como se dizia então, de que as questões escolares da profissão deveriam ter instituição e fórum próprio para a discussão e aprofundamento das preocupações originadas no exercício docente. As escolas com suas atividades, mesmo que para formar profissionais universitários, têm suas especificidades e se movem com outros fundamentos que se distinguem daqueles que estão mais cotidianamente fazendo parte das preocupações dos bibliotecários técnico-executivos.

Parece que nos anos precedentes à criação da ABEBD havia a percepção de que o ensino de biblioteconomia, a organização da escola e a busca pelo seu lugar social e reconhecimento formal, não constituíam tarefas dos bibliotecários. Isso se explicaria, talvez, pelo entendimento de que o bibliotecário, como profissional, devesse estar à disposição do usuário num ambiente prático, técnico e executivo, no qual o resultado é esperado para curto ou curtíssimo prazo. O trabalho pedagógico [e científico] exige um pensar e agir, voltados para o alcance de resultados em mais longo prazo. Embora esta noção de tempo não seja estranha a certas etapas do trabalho bibliotecário, o que se espera mais dele, decorre de operações de “balcão”, que visam oferecer retorno imediato às demandas do usuário. Mesmo que a escola, na época, ainda fosse voltada quase que integralmente para o ensino, ela própria exigia um outro tipo de atuação, posto que o planejamento e gestão das questões didático-pedagógicas têm outras singularidades. Dar conta dessa distinção e, portanto, postular a criação da ABEBD era, de fato, uma solução racional.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J-C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 155-172.
- ALMEIDA, Carlos Cândido de. *O campo da ciência da informação: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil*. Florianópolis, 2005. 395 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2005.
- ARAYA UMAÑA, Sandra. *Las representaciones sociales: ejes teóricos para su discusión*. San Jose: FLACSO, 2002. 82 p. (Cuaderno de Ciências sociais,127).

CASTRO, César A. *História da Biblioteconomia brasileira; perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.

O CFB. <http://www.cfb.org.br>. Acesso: 19/05/2006

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS. *A pesquisa industrial no Brasil como fator de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1968.

DIAS, Antonio Caetano. *O ensino da biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IPASE. Serviço de Publicidade, 1955. 32 p. (Coleção I PASE, 2)

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2 v.

_____. *A sociedade de corte; investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Os alemães; A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

_____. *Escritos e ensaios: estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FERREIRA, Carminda N. C. e outros. *1954-1979 - jubileu dos Congressos de Biblioteconomia e Documentação*. Curitiba, 1979.

FONSECA, Edson Nery da. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. 112 p.

GEERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século. In: _____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 191-228.

JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LEFEVRE, Fernando & LEFEVRE, Ana M. C. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

MARTINS FILHO, Antonio. *O outro lado da história*. Fortaleza: Ed. UFC, 1983.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais; investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUELLER, Suzana M. P. *Avaliação do estado da arte da formação em biblioteconomia e ciência da informação*. Brasília: IBICT, 1988. 16 p.

_____. O ensino de biblioteconomia no Brasil. *Ci.Inf.*, Brasília, 14(1):3-15, jan./jun. 1985.

PIMENTA, Aloísio. *Universidade; a destruição de uma experiência democrática*. Petrópolis: Vozes, 1985

RUSSO, Laura G. M. *A biblioteconomia brasileira: 1915-1965*. Rio de Janeiro: INL, 1966. 357 p.

SÁ, Celso. P. de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SEGNINI, Liliana Rolfsen P. Classificação brasileira de ocupações 2002: Porque? Para que? *ComCiência*, r. eletrônica de jornalismo científico, n. 54, maio 2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/200405/reportagens/17.shtml>. Acesso em: 26/10/2005.

SOUZA, F. das C. de. Formação de recursos humanos para a informação industrial. In: _____. *Biblioteconomia, educação e sociedade*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1993. p. 49-62.

SOUZA, F. das C. de. O ensino de biblioteconomia no Brasil no discurso do bibliotecário participante nos CBBDs entre 1954 e 1982: apontamentos disciplinares para a construção do currículo do Curso de Biblioteconomia. In: XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2000, Porto Alegre. *Anais do XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*. Porto Alegre: ABRS, 2000.

SOUZA, Francisco das C. de. *O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

SOUZA, F. das C. de. *Modernização e biblioteconomia nova no Brasil*. Florianópolis: UFSC-CED-Núcleo de Publicações, 2003.

SOUZA, F. das C. de. O nome profissional Bibliotecário no Brasil: efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 90-106, 2004. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br>

SOUZA, F. das C. de. Pensar o currículo de Biblioteconomia para a realidade. In: SOUZA, Francisco das C. de. *Biblioteconomia no Brasil: profissão e educação*. Florianópolis: ACB; UFSC – Biblioteca Universitária, 1997. p. 59-77.

Agradecimento: Ao Professor José Augusto Guimarães, ex-Presidente da ABEBD, pela disponibilização de cópia fotostática do primeiro livro de atas da Entidade.

Sobre o autor

Francisco das Chagas de Souza, nasceu em 1956, na cidade de Acaraú, Brasil.

É Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, em 1994; Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1982 e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará, em 1978.

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (1978), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1982) e doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1994). Atualmente é professor adjunto iv da Universidade Federal de Santa Catarina, junto o Departamento de Ciência da Informação. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha Educação e Comunicação; atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na linha Profissionais da Informação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Bibliotecária, Política Profissional, Políticas Públicas de Informação e Ética Profissional. Atualmente, é o editor do periódico científico ENCONTROS BIBLI: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação e lider do Grupo Informação, tecnologia e sociedade.

chagas@cin.ufsc.br